

O TRABALHO COMO FATOR DE PRODUÇÃO E DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Ana Carolina Arana Simão ¹, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira ²

1 - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba, Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova – 12244-000 - São José dos Campos – SP – Brasil – email: carol_simao@yahoo.com.br

2 - Professor Assistente Doutor, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba, Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova – 12244-000 - São José dos Campos – SP – Brasil – email: edson@vdr.cta.br

Resumo: Os princípios da economia clássica passam por profundas revisões, devido aos novos conceitos oriundos do mundo virtual. A chamada Nova Economia apresenta novos conceitos, até então não aceitos ou questionados. O princípio proposto por Adam Smith que considera o capital e o trabalho como fatores de produção e que a tecnologia deve ser exógena, já não é mais um dogma e é questionado por várias correntes de economistas da Nova Economia. O objetivo deste trabalho é apresentar a relação entre o trabalho como fator de produção e de crescimento econômico. Será feita uma análise do pensamento dos autores mais antigos ou tradicionais, para o qual classificam em três os fatores de produção: A "terra", o "trabalho" e o "capital". Será analisada a influência desses três fatores na produção principalmente o trabalho.

Palavras-chave: crescimento, produção, trabalho.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

Um dos problemas que mais afligem as economias, é a questão do crescimento econômico. Embora tenham ocorrido grandes avanços nessa área nas últimas décadas, os fatores que realmente motivam o processo de expansão produtiva das nações ainda é motivo de grande controvérsia.

Além do próprio processo de crescimento, uma das dificuldades mais aparentes nas economias, notadamente entre aquelas que se encontram em estágios inferiores de desenvolvimento, é a questão do desequilíbrio estrutural. Ou seja, o processo de crescimento econômico costuma se apresentar de forma desigual, não apenas entre países e regiões, mas, também, entre setores.

Com o surgimento das chamadas Teorias Endógenas do Crescimento, tem-se tentado demonstrar a importância de algumas variáveis que, até então, não eram sequer mencionadas na análise dos elementos motivadores da expansão

econômica. O crescimento econômico no longo prazo, conforme nos ensina a teoria econômica convencional, depende dos fatores de produção: capital e trabalho, bem como da tecnologia que articula os montantes de fatores de produção para se obter determinado nível de produto.

O desenvolvimento da tecnologia produz diversos efeitos:

- Substitui a energia humana por outras formas, modificando o conceito de trabalho, como fator de produção (o trabalho passa a ser avaliado pela capacidade de aprendizado de novas técnicas e de gerenciamento da produção).
- Cria modos de produção quase inteiramente artificiais, não fosse pela necessidade da energia e da matéria prima.

- Molda a organização social voltada principalmente para a produção e o consumo.

Os Fatores de Produção

Quanto ao tema fatores de produção, há uma divergência de opiniões entre os economistas quanto ao número de fatores, porém todos concordam com a existência dos mesmos. A “terra” e o “trabalho” são considerados fatores originários, já o “capital” é derivado da “terra” e do “trabalho”. Esses fatores têm influência direta na produção, os quais são utilizados para satisfazer necessidades, direta ou depois de transformadas.

O homem vem em constante evolução, seus conhecimentos são renovados freqüentemente, porém até hoje podemos aproveitar somente a superfície da terra, a camada inferior mais próxima e a camada gasosa que envolve nosso planeta.

A terra tem condições de nos oferecer os gêneros alimentícios e a matéria-prima necessária para a produção de novos bens econômicos. Têm-se os mares e os rios com suas quedas d’águas, dos quais o homem aproveita recursos, para melhorar a sua existência. É possível notar também que até as coisas que a natureza nos oferece prontas, como os animais, peixes, frutas entre outros, exigem algum esforço que é considerado “trabalho”, como a caça, a pesca, a colheita, o transporte, o armazenamento, entre outras funções.

O segundo fator de produção é o “trabalho”. É importante lembrar, que o homem é o agente da produção e em economia, o trabalho quer dizer o trabalho humano e não o desempenho das máquinas e nem o esforço dos animais.

É considerado capital, os bens que não se destinam à imediata satisfação do ser humano, mas que tem a função de facilitar a produção de utilidades econômicas. O capital no ponto de vista econômico é representado pelas matérias-primas, usinas, máquinas, ferramentas, edifícios industriais.

O fator trabalho é constituído de uma parte da população total: a economicamente mobilizável. Definida por duas faixas etárias, a pré-produtiva e a pós-produtiva, a parcela não economicamente mobilizável não se inclui no conceito e na caracterização convencional de recursos humanos. Estes

são delimitados pela faixa etária apta para o exercício da atividade de produção.

Nas economias menos desenvolvidas, a idade de acesso às funções produtivas, sobretudo no meio rural, é acentuadamente mais baixa em comparação com as economias maduras, que já alcançaram altos padrões de desenvolvimento econômico e social. Em média mundial, o acesso realiza-se entre 15 e 25 anos. A extensão desta faixa decorre da diversidade dos períodos de preparação para o trabalho e ainda as diferenças que se observam nas instituições legais de cada país quanto à idade mínima exigida para o ingresso no processo produtivo.

Quanto ao tempo de dedicação ao trabalho, a variação também é ampla, situando-se, porém, entre 30 e 40 anos para a maior parte das ocupações. O limite superior, além de variar em função de institutos legais, como o período mínimo exigido para aposentadoria espontânea ou compulsória, é também definida pela expectativa de vida, pelo tipo de ocupação produtiva e pela posição na estrutura ocupacional – os empregados são os que geralmente alcançam ou até superam o limite superior.

Em função deste conjunto de fatores, observam-se grandes variações de país nas proporções dos subconjuntos economicamente mobilizável e não mobilizável em relação à população total.

Em todos países uma parcela da população economicamente mobilizável, embora apta, fica à margem do processo produtivo. A inatividade pode ser voluntária ou involuntária. O desemprego involuntário resulta da incapacidade da economia em manter ou ampliar oportunidades ocupacionais para seus contingentes humanos aptos para o trabalho. Já o desemprego voluntário resulta de opções de vida, de características da organização social e da cultura da sociedade. Pode também permanecer voluntariamente desempregada uma parcela, geralmente pequena, que sobrevive com rendimentos originários de outros fatores de produção de sua propriedade.

Outras razões do desemprego são os processos tecnológicos de produção empregados, as oscilações conjunturais (altos e baixos níveis de atividade econômica) e movimentos sazonais

(dependendo do tipo de atividade econômica predominante, as taxas de ocupação podem variar nas diferentes estações do ano, como ocorre nas zonas rurais nos períodos de antesafras). O Brasil está a caminho de um novo padrão de crescimento e de configuração de seu quadro demográfico, o que é diretamente ligado ao fator trabalho, algumas causas e fatores desse processo:

» Queda significativa do nível de fecundidade, em todas regiões e extratos sociais, sem qualquer política oficial de controle de natalidade ou de planejamento familiar. Entre os anos 70 e 80 a taxa de fecundidade total recuou de 5,8 para 4,3 com uma variação percentual, para menos de 25,9%;

» Mudanças na estrutura etária, com expressivo envelhecimento da população. A proporção da população menor de 15 anos deverá reduzir-se sistematicamente a cada ano;

» Mudanças nos padrões das pirâmides demográficas, a médio-longo prazo;

» Não obstante a esperança de vida ao nascer deva alterar-se para mais, o recuo mais que proporcional de fecundidade aponta na direção de seguidas reduções na taxa de crescimento, aproximando-se de zero;

» As mudanças nos padrões demográficos correspondem a uma das mais importantes mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira neste final de século, embora suas conseqüências não sejam imediatamente evidentes, devido à inércia inerente dos processos demográficos, estreitamente ligada aos ciclos e à duração da vida humana.

A questão da queda do crescimento

Se tudo vai bem com a tecnologia, como explicar as dificuldades de crescimento econômico do nosso tempo? O mercado financeiro tem apresentado instabilidades graves, o desemprego é generalizado, o suprimento de energia preocupa os planejadores. Ou será que o desenvolvimento tecnológico estagnou?

Os defensores da política econômica alegam que a falta de crescimento da economia não é culpa do governo, mas de restrições macroeconômicas que não podem ser superadas em curto prazo, tais como a insuficiência de poupança, taxas reduzidas

de investimento agregado e a restrição fiscal. Porém, essas restrições só se tornam efetivas ou, só podem ser enfrentadas a longo do próprio processo de crescimento.

É inegável, por exemplo, que a formação de poupança doméstica constitui objetivo indispensável para uma economia que pretenda desenvolver-se no longo prazo sem dependência excessiva de poupança externa.

No entanto, quando a economia opera substancialmente abaixo de seu potencial de produção, com capacidade instalada ociosa e grande parte da força de trabalho desempregada ou subempregada, a poupança interna é função do crescimento e do investimento.

A restrição de poupança, só surge efetivamente no médio e longo prazo, quando a economia se aproxima da plena utilização dos fatores de produção.

Quando os três fatores estão em harmonia, a produção com certeza estará crescente, observamos na “terra”, o fator originário com uma riqueza incalculável para o ser humano, com o “trabalho” se consegue os bens econômicos, e por fim, com o “capital” pode-se concluir o ciclo produtivo.

É possível concluir então que, tradicionalmente, são três os fatores de produção: a terra, o trabalho e o capital.

Depois de analisar a fundo os três fatores, é possível eliminar um fator, que é a terra. Dessa forma, ficam o trabalho e o capital aos quais pode ser aplicada a seguinte fórmula:

$$\text{Fatores de produção} = \text{Trabalho} + \text{Capital}$$

O fator trabalho, como já citado, é o esforço do homem, ficam de fora, os animais e as máquinas. Já o fator capital, com a redução dos fatores, passa a ter um novo conceito que o divide em três: terra, bens de produção e bens de consumo duráveis:

Terra: São bens duráveis da natureza como minas, terrenos.

Bens de produção: São bens feitos pelo homem como ferramentas e máquinas.

Bens de consumo duráveis: São bens produzidos pelo homem como os automóveis e residências.

Quando se une a força de trabalho e os recursos do capital disponível empregado por todas as empresas, desde o primeiro dia do ano, surge, ao final do período, a produção nacional bruta, ou produto nacional bruto do país, o PNB. Define-se a produção global de um país, no prazo de um ano como bens econômicos, em “bens de consumo” e bens de produção “. Sendo a produção nacional bruta ou produto nacional bruto, um dos mais importantes agregados macroeconômicos, o qual tem dois destinos, o “investimento” e o “consumo”. A produção total de um país, bem como a produção que recebe do exterior, segue os mencionados destinos, sendo que uma parte da produção é consumida (geralmente todos os bens de consumo e serviços) e a outra parte é aplicada ou investida novamente na produção por particulares, governo e empresas em menor escala, como novo capital. Essas noções são consideradas básicas, porém é muito importante conhecer a atividade econômica de um país, porque a regra é praticamente igual em todo mundo.

Considerações finais

Tudo o que foi abordado até aqui dá a condição de entender a equação fundamental da produção de qualquer país. Lembrando que: “Fator de produção = Trabalho + Capital”. Com tudo que vimos até agora, chegamos a mais uma fórmula da produção global de um país que é: “Produção (ou Produto) Nacional Bruta = Consumo + Investimento”:

$$\text{PNB} = \text{C} + \text{I}$$

Fórmula da produção global de um país.

Esta fórmula mostra que a produção (ou produto) nacional bruta será sempre a soma em dinheiro (moeda de cada país) dos bens consumidos pelas empresas, governos e particulares, mais os bens destinados ao investimento, constituindo assim o novo capital, para outro ciclo de operação no ano seguinte.

Nas considerações finais é importante esclarecer que considerando apenas a produção interna do país, (excluindo as rendas líquidas enviadas ao exterior e também a depreciação do capital fixo) deve se falar em produção (ou produto)

interna bruta - PIB. Este é outro agregado importantíssimo na moderna análise macroeconômica, de vez que ele representa, como dissemos, tudo aquilo que se produz exclusivamente dentro das fronteiras geográficas de um país (sem as relações externas). O PIB constitui um indicador da atividade econômica global de um país, sinalizando o seu crescimento (variação positiva - ex. 4.1%) ou seu decréscimo (variação negativa ex. - 2.6%) de um ano para outro. Tudo o que foi abordado neste artigo é usado para a economia de qualquer país, seja ele desenvolvido ou subdesenvolvido.

Referências Bibliográficas

Chauí, Marilena (1996). *Convite à filosofia*. Ed Ática, 7ª edição.

Gastaldi, J.P. (1983). *Elementos de economia política*. Ed Saraiva, 11ª edição.

Rosseti, J.P. (1981). *Introdução à economia*. Ed Atlas, 15ª edição.

Fleury, M.T.L.; Fischer, R.M (1992). *Cultura e poder nas organizações*. Ed. Atlas, 3ª edição.

Hall, R. E.; Lieberman, M. (2003). *Macroeconomia, princípios e aplicações*. Ed Thomson.